ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 38 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I38.17356

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

POR QUE UMA ESPECIAL ATENÇÃO ÀS GEOGRAFIAS NEGRAS?

Editorial

ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA

Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)

As mudanças institucionais ocorridas no Brasil com advento do século XXI, frutos da emergência de um paradigma econômico social redistributivista, trouxeram à tona elementos perversos de nossa formação ideológica, de nosso imaginário de nação e de nossa ética social. Ao mesmo tempo, pela valorização da ciência como suporte ao planejamento estatal na formulação de políticas de redistribuição de renda, revelou-se o acúmulo de 5 séculos de opressão sobre as pessoas negras: um profundo abismo social.

A elaboração de diagnósticos socioeconômicos nas várias frentes das políticas públicas com vistas à implantação de medidas de superação das desigualdades socioterritoriais evidenciaram o que a experiência social cotidiana reitera há séculos: 1) a maioria da população brasileira é negra; 2) proporcionalmente, a população negra vive em piores condições do que a população branca; 3) a população negra, nos mesmos postos de trabalho, recebe menos do que a população branca; 4) no topo da pirâmide social estão homens brancos e na sua base estão mulheres negras; 5) a violência material e simbólica aflige principalmente a população negra, em especial, a juvenil.

Logo, superar as desigualdades socioterritoriais implicava em considerar não apenas as formações socioespaciais e os diferentes usos do espaço, constituintes de regiões assimétricas, mas também e fundamentalmente a vulnerabilidade social a que a população negra foi exposta historicamente. Essa consideração permitiu pela primeira vez ao Brasil um conjunto[1] de políticas reparadoras que garantiu à população negra e empobrecida acesso a bens públicos, tais como a educação superior em universidades federais, a energia elétrica em residências rurais e a casa própria em contextos urbanos. Mesmo com imperfeições, esse modelo de políticas públicas surtiu resultados políticos pragmáticos, reconduzindo pela primeira vez na história do país um mesmo partido a outros 3 mandatos consecutivos sob eleições democráticas.

Contudo, mesmo que essa “reforma” redistributivista tenha alterado as bases do consumo coletivo, inserindo a população historicamente excluída em seus meandros, ela não alterou os fundamentos culturais, educacionais e simbólicos rancorosos de uma sociedade constituída numa história de exclusão, segregação, confinamento, preconceito, discriminação e racismo. A elevação de parte da população empobrecida à condição

1 Não se ignora aqui experiências de políticas de reparação em outros contextos históricos. Porém, entende-se que elas geralmente ocorreram de forma pontual ou, quando em conjunto, limitadas pelo jogo das relações políticas que as minimizaram no que diz respeito aos seus efeitos.

de “classe média” e a ampliação do padrão de acumulação das camadas médias numa sociedade que se reproduzia com controle inflacionário, amplo emprego, acesso a bens públicos e socialização do consumo reproduziu também aqueles mesmos ranços, o que se tornou especialmente visível na sequência governamental pautada no golpe contra a democracia e contra os valores democráticos, republicanos, cívicos e científicos das sociedades contemporâneas.

Nesse diapasão golpista, o governo de Jair Bolsonaro foi o que mais explicitou os vícios morais e ideológicos ocultados na “reforma” redistributivista. Ao incitar a violência como política pública – uma vez que a fala de uma autoridade política também pode ser considerada como tal – e despojar a ética da moral social, viu-se um acirramento de tensão social perigoso, tendo aquela mesma população historicamente marginalizada e reprimida, notadamente negra e pobre, como a ponta mais frágil e vulnerável. No campo, na floresta e nas cidades, novamente fragilizada pela ausência de cobertura das políticas social redistributivistas e agora hostilizada pelo ódio enquanto política de governo, a população negra brasileira atormentou-se.

Face a esse mau rancoroso, desnudo pelos signos de um governo imoral, ilegítimo[2], negacionista, racista, fascista, misógino e aporofóbico, Geografias Negras surge como uma necessidade de, num contexto de reconstrução do Brasil, recolocar a questão étnico-racial no cerne das políticas públicas. Essa é, sem sombra de dúvida, uma importante contribuição desta área do conhecimento à compreensão da realidade brasileira no rompante da terceira década do século XXI. A recolocação desta questão sob o olhar geográfico e diante dos acertos e equívocos cometidos neste princípio de século permitem que tenhamos a possibilidade de redesenhar o cenário de um Brasil afirmado e orgulhosamente negro.

Por fim, agradeço em nome da ANPEGE e da REVANPEGE o empenho dos professores Manoel Santana (UERJ/FFP) e Alex Ratts (IESA-UFG) na organização dessa Seção Temática, que julgamos oportuno e histórico. Da mesma forma, agradecemos a todos os autores que dispensaram a sua leitura acurada na composição destes artigos. Não podemos em hipótese alguma deixar de mencionar o esforço iniciado pela gestão anterior desta Associação (a gestão “Bacurau”) para que esse número se tornasse realidade: obrigado professores Marco Antônio Mitidiero Jr, José Gilberto de Souza, Carlos Alberto Feliciano e Maria Franco.

Por último, reitero o trabalho dedicado e primoroso que tem sido feito pelo atual editor chefe da Revista da ANPEGE, o professor Ricardo Jr. Assis F. Gonçalves (UEG), que muito se empenhou para garantir que ainda tivéssemos essa edição neste primeiro semestre de 2023.

Tenham todos uma excelente leitura!

---

2 Porque foi duplamente golpista: na deposição inconsistente de Dilma com o questionável argumento de “pedaladas fiscais” e na forjação de crime e prisão de Lula para evitar que ele concorresse à eleição de 2018.